

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO ALTO SERTÃO: O IMPACTO DOS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS COMUNIDADES RURAIS.

Andrews Rafael Bruno de Araújo Cunha, Victor Tomaz Marques¹
Thaís Pereira de Azevedo²
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira³

RESUMO: *Este estudo tem por objetivo avaliar o impacto da atuação dos Agentes de Desenvolvimento Sustentável nas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais nos municípios Acauã, Paulistana e Jacobina, no Piauí, e Afrânio, Dormentes e Santa Filomena, em Pernambuco, que integram o Projeto de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão, implantado no ano de 2004 pelo Governo Federal com a finalidade de reduzir a fome e a pobreza da população com atividades geradoras de trabalho e renda. A hipótese formulada para investigação foi a da formação dos ADS's como ferramenta básica para promoção do desenvolvimento das comunidades e da consolidação do território, na medida em que respondem às inquietações dos agricultores, potencializando os seus escassos recursos e transformando possibilidades em oportunidades de melhoria da sua qualidade de vida. O eixo teórico-metodológico da pesquisa foi a análise das redes sociais, buscando-se a compreensão do fenômeno estudado pela ruptura com o antagonismo dos conceitos de indivíduo e de sociedade. As categorias desenvolvimento territorial, capacitação profissional, capital social, capital humano, parcerias intersetoriais, consórcio interestadual, meio ambiente e desenvolvimento sustentável se constituíram em ferramentas preferenciais de análise, para responder aos questionamentos formulados. A amostra para este estudo foi do tipo "estratificada não proporcional", onde de cada categoria selecionada para análise foram tomadas representações significativas para explicar os fenômenos observados. Foram entrevistados 24 Agentes de Desenvolvimento Sustentável que atuam no território e 40 agricultores familiares por eles assistidos. Para interpretação dos dados coletados foram utilizados os métodos quanti-qualitativos, pela sua adaptação ao estudo. Pelo uso do método qualitativo foi possível analisar o discurso dos entrevistados e o entendimento da sua postura global diante dos problemas que lhes foram colocados. Esses subsídios, somados às evidências quantitativas, permitiram o aprofundamento da complexidade dos fenômenos, suas contradições e seu relacionamento dinâmico com o contexto, num confronto direto teoria-empíria, revelando, assim, as suas singularidades.*

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial; Parcerias; Participação comunitária.

INTRODUÇÃO

O Projeto Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Piauí-Pernambuco é o resultado do esforço coletivo de transformação da realidade social dos municípios nele envolvidos e remonta ao projeto piloto “Fome Zero”, desenvolvido nos anos 2003/2004 no município de Acauã-Piauí pela EMBRAPA Semi-Árido de Petrolina-Pernambuco, com o apoio do CIRAD – Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement de Montpellier – França e da FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations, com o objetivo de

¹ Estudantes do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF

² Estudante de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental da Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF

³ Professora da Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF. Orientadora

desencadear ações emergenciais e estruturantes capazes de elevar o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano daquela população, apontado pelo IBGE naquele momento como um dos piores do Brasil.

Um zoneamento agro-ecológico do município foi feito de forma participativa, possibilitando a tipificação dos produtores e definindo as ações a serem executadas, sempre buscando o fortalecimento do sistema de produção, do melhor aproveitamento da água de chuva, do processamento de produtos animal e vegetal, mas principalmente capacitando os atores locais através do CAT – Campos de Aprendizagem Tecnológica, onde, pela demonstração prática, era possível se comprovar a viabilidade das inovações propostas. O trabalho avançou e novos saberes foram incorporados à capacitação, como o sentimento de pertencimento ao meio rural, a valorização da identidade cultural e o fortalecimento dos capitais social e humano, na perspectiva de um novo olhar sobre o campo. Na visão de Jean Philippe Tonneau, o idealizador da proposta, o campo como um lugar bom para se viver, trabalhar e ser feliz.

Para tanto, um grupo de cinquenta e cinco jovens foi por ele e a sua equipe preparados para serem Agentes de Desenvolvimento Sustentável das suas comunidades, atuando voluntariamente como multiplicadores das idéias inovadoras de convivência com o semi-árido.

De tão bem sucedida, a experiência buscou novos parceiros e alargou o seu campo de atuação, marcando presença hoje nos municípios de Afrânio, Dormentes e Santa Filomena, em Pernambuco, e Paulistana e Jacobina, no Piauí. Uma segunda formação de ADS's capacitou sessenta e cinco sujeitos aprendizes das várias comunidades que integram o Território do Alto Sertão, desta vez por docentes da UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco e pesquisadores da EMBRAPA Semi-Árido, respeitando-se a cultura local.

A opção pela formação de agentes locais, como mecanismo de sustentabilidade, decorreu da compreensão de que, como afirma Lacki (2002), “entre os agricultores familiares, a ineficiência do fator de produção mais abundante, que é a mão-de-obra, incide negativamente na produtividade dos demais fatores que geralmente são escassos, como a terra, os animais, os insumos, as máquinas”, apresentando-se a educação como a ferramenta com maior potencial para empoderar as suas famílias, por contemplar valores como cidadania, autonomia, solidariedade, democracia e respeito ao meio ambiente.

Para o educador Saviani (1998), a educação significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos da sua situação para melhor intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens. Trata-se de um novo modo de promover o desenvolvimento, onde as próprias comunidades encontram formas de suprir as suas necessidades investindo na sua vocação, buscando o intercâmbio externo através da cooperação (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2007). É o que tem sido chamado de capital social, cujos valores apreendidos formam um ambiente propício à melhoria da qualidade de vida de todos.

O atual cenário mundial privilegia o conhecimento, exigindo do trabalhador que ele saiba tomar decisões e atue coletivamente. Na região semi-árida do nordeste, a agricultura, segundo estudos da FAO (1999) e do Banco Mundial (2000), por muito tempo ainda será a principal fonte de ocupação e renda, embora novas formas de utilização do espaço rural estejam acontecendo, porque o rural ultrapassa o agrário. Na visão de Abromovay (1998), grande parte dos agricultores pobres só poderá reproduzir-se tornando-se pluriativa, ou seja, explorando as várias dimensões da

propriedade, daí a importância de se trabalhar a nova ruralidade, partindo de um enfoque territorial, participativo entre os vários atores. Nessa perspectiva, os Agentes de Desenvolvimento Sustentável assumem grande importância nas comunidades, porque são eles que ajudam os agricultores a identificar os recursos e as oportunidades de desenvolvimento existentes no seu meio, orientando-os a transformar as potencialidades em oportunidades de trabalho e renda.

A pesquisa que avaliou o impacto dos ADS's nas transformações sociais, políticas e culturais dos municípios que integram o Território do Alto Sertão Piauí-Pernambuco, desenhou o seguinte perfil daquela população: Dos quarenta agricultores entrevistados, 55,0% estão na faixa etária entre 36 e 50 anos e possuem escolaridade inferior a cinco anos. Atuam em área de sequeiro, criando caprinos e ovinos e produzindo alimentos para a sua subsistência, em propriedades que na média não ultrapassam 80 hectares. 55,0% retiram da propriedade menos de um salário mínimo; 22,5%, até dois salários mínimos; 20,0% entre três e dez salários mínimos. Entretanto, 100,0% deles recebem os benefícios sociais do Governo Federal, o que lhes possibilita fazer três refeições diárias, comprar medicamentos, vestuário, móveis para o domicílio.

A sua área de interesse envolve agricultura, pecuária, associativismo, religião, política e esporte, sendo as tecnologias de convivência com o semi-árido o que mais desejam aprender. A sua avaliação sobre os ADS's é que eles conseguiram melhorar as suas vidas, tanto por levarem conhecimentos novos relacionados aos plantios e à criação de animais, quanto por conseguirem financiamentos para projetos agropecuários nas suas propriedades. Destacam, como tecnologias inovadoras aprendidas, construção de barragens subterrâneas, silagem, fenação, forragem, sal proteínado, amoniação, plantio em curva de nível, plantio consorciado, além de melhor manejo do solo e dos animais, com reflexos positivos na redução do tempo para a execução das tarefas. Ressaltam ainda, a compreensão que passaram a ter sobre a caatinga, a sua riqueza, a sua diversidade e a importância de preservar os seus recursos naturais, evitando a queimada, o desmatamento e a caça predatória, num ecossistema já bastante comprometido.

Constata-se então, nessas falas, a educação para a coletividade, onde cada um demonstra a sua preocupação com o agora e com o amanhã. A formação da consciência crítica dos indivíduos não se dá quando se passa para eles um discurso abordando o tema, mas quando este se incorpora às suas expectativas de vida, de trabalho e de integração, o que os ADS's conseguiram, já que, tomando-se a idéia de Kieling (2001), a educação deve ser pensada "como possibilidade de construir o ser a partir de situações históricas de não ser: fome, miséria, privação da cultura do lazer, da atividade, da escola, da participação na riqueza social, da exclusão das atividades consideradas construção da importante vida em sociedade". Sobre o assunto, Freire (1999), assim se pronuncia:

“Existir é um conceito dinâmico que implica uma dialogação eterna do homem com o homem. Do homem com o mundo, do homem com o seu Criador. É essa dialogação do homem sobre o mundo e com o mundo mesmo, sobre os desafios e problemas que o faz diferente, o faz histórico. Quando as condições existentes não favorecem tais atitudes, o homem passa a entender o seu destino como predestinação, acatando-o como desígnio de Deus”.

O que Freire defende é uma educação libertária, emancipatória, onde o homem aprende a ser sujeito de si mesmo e da sua história, pressuposto orientador das ações dos ADS's junto às populações das comunidades onde atuam.

Para vivenciar este objetivo, foi preciso ir além dos conhecimentos técnicos e trabalhar atitudes de cooperação, confiança, respeito ao outro, solidariedade. Putnam (1996), nos seus estudos sobre capital social, afirma que o grau de confiança entre os atores sociais, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associatividade, são elementos que fortalecem o tecido social interno de uma sociedade. Joseph (1998) entende o capital social como um vasto conjunto de idéias, ideais, instituições e arranjos sociais, através dos quais as pessoas mobilizam suas energias particulares para causas públicas. Gohn (2001) dá um passo à frente, afirmando ser necessário refundar a solidariedade, redefinir os direitos, porque estamos numa nova era política e social, na qual os conflitos sociais não são apenas pela redistribuição de renda, mas são fundamentalmente, conflitos de interpretação sobre o sentido da justiça.

A subordinação do Brasil ao processo de acumulação financeira que caracteriza a atual globalização, talvez seja o principal mecanismo de produção da desigualdade. Nesse cenário, é importante ampliar as possibilidades de educação, onde não fique ela restrita apenas às escolas formais, mas possa ser transposta para outros espaços, uma vez que a participação da comunidade na gestão dos assuntos públicos faz-se cada vez mais necessária. Como destaca Abromovay (2002):

“A idéia de desenvolvimento local procura colocar ênfase em mecanismos institucionais específicos, capazes de mobilizar energias produtivas que o funcionamento dos mercados cabe por inibir e que a simples presença de certas infra-estruturas mostra-se incapaz de despertar (...). A abordagem territorial e não setorial do desenvolvimento, supõe a ampliação das oportunidades de escolha por parte dos indivíduos, isto é, o alargamento das possibilidades de geração de renda para além da atividade agrícola”.

Reflexões sobre as dificuldades apresentadas pelos agricultores familiares na formação e consolidação de organizações associativistas dão conta de não ser apenas a sua formação escolar deficiente a responsável por tal fracasso, mas sobretudo, a sua desconfiança para a convivência coletiva fora do seu círculo familiar. Neste caso há de se considerar que a educação destinada à classe trabalhadora, especialmente a rural, enfatiza fortemente o individualismo competitivo com vistas ao assalariamento, sem que o empreendedorismo seja colocado como possibilidade para a sua manutenção.

No meio rural, as associações e as cooperativas deveriam ser a forma mais viável de ampliação do poder de barganha dos agricultores, mas isto nem sempre acontece, dado a falta de informações sobre esta forma de organização. Por ser uma sociedade de pessoas e não de capitais, a cooperativa torna-se importante instância de construção do capital social, já que é nos contatos face a face que se faz e refaz efetivamente o coletivo. Para Tiriba (1997), as organizações da economia popular onde o cooperativismo se inclui, “são conteúdo e fim do trabalho como princípio educativo, porque este território tanto é fonte de produção de bens para a satisfação de necessidades básicas materiais e espirituais, quanto é fonte de produção de conhecimentos e de novas práticas sociais”.

Em relação aos ADS's, a grande maioria, ou seja, mais de 70,0% estão entre 19 e 40 anos, 45,9% possuem ensino médio completo e nenhum possui escolaridade inferior a 4 anos. Todos estão vinculados à organizações associativistas, ocupando ali cargos administrativos, por acreditarem que só através da organização e da participação podem as transformações ocorrerem nos contextos onde vivem. Seguindo a tradição cultural da região, as atividades produtivas por eles desenvolvidas são a caprino-ovinocultura, agricultura de sequeiro e, em alguns casos, a

produção de doce-de-leite e de queijo. A gravidade da situação em relação à terra é que 58,4% trabalham nas propriedades dos seus genitores, sem perspectiva de adquirir a sua própria terra. Isto possivelmente explique o fato de 54,1% deles serem solteiros, embora 45,9% possuam filhos.

Há um estado de pobreza generalizada entre os jovens que não detêm a posse da terra, caracterizada por uma renda muito baixa, já que as propriedades são pequenas e têm que alimentar muitos membros da mesma família. Na realidade pesquisada, mais de 80,0% dos ADS's ganham menos de um salário mínimo, 4,2% até dois salários mínimos, e um deles, por exercer cargo de vereador, ganha 10 salários mínimos. Constituem assunto de grande interesse para eles as tecnologias de convivência com o semi-árido, as inovações na agropecuária, o desenvolvimento territorial, associativismo e a política como mecanismo interpretativo da realidade social. O rádio e a televisão apresentam-se como ferramentas principais para a obtenção de informações. O seu interesse em tornar-se agente de desenvolvimento sustentável, mesmo como voluntário, decorreu da possibilidade do investimento pessoal com a aquisição de metodologias de trabalho e tecnologias de produção até então fora do seu alcance. Mas também, pela oportunidade de contribuir com o desenvolvimento do seu território, melhorando a qualidade de vida da sua população.

Para eles, a formação como ADS permitiu a compreensão de um outro semi-árido, onde a utilização de práticas ambientalmente corretas pode possibilitar resultados positivos ao nível do trabalho e da renda. Hoje eles sabem que a caatinga é um ecossistema frágil, e precisa de cuidados especiais, mas o seu manejo adequado oferece oportunidades dignas de sobrevivência.

As dificuldades por eles apontadas para realização de seu trabalho estão na resistência dos agricultores para adotarem práticas inovadoras, mas principalmente por não ser essa atividade remunerada. Ao se deslocarem para assistir tecnicamente aos agricultores, eles destinam parte de seu tempo para essa atividade, subtraindo da sua propriedade um tempo valioso para os cuidados com os animais e a plantação. Com isso, além da não-remuneração, há um prejuízo financeiro para ele com transporte que reflete negativamente na renda.

A despeito de tais considerações, não pretendem eles abandonar a atividade de agente de desenvolvimento sustentável no território, pela consciência política adquirida de que combater a pobreza passa pela solidariedade e não pelo individualismo; pela participação e não pelo isolacionismo; pelo conhecimento e não pela reprodução de práticas que desrespeitam o meio ambiente; pela responsabilidade social assumindo os espaços antes ocupados pelo clientelismo e o compadrio.

CONCLUSÕES

A análise do discurso dos entrevistados concluiu por parte dos ADS's que o curso, cujo objetivo foi prepará-los para atuar junto aos agricultores, impactou positivamente na sua formação, contribuindo para transformações na sua alimentação, na engenharia habitacional e na sua organização para o trabalho. A ausência de política pública de remuneração pelos seus serviços apresentou-se como a maior dificuldade para uma ação mais efetiva de atendimento aos agricultores, tendo em vista os gastos com transporte para as visitas e os prejuízos com a sua ausência na própria roça. No que se refere aos agricultores, 55,5% deles consideram a assistência

técnica fornecida pelos ADS's muito boa, especialmente quando comparada a outras disponibilizadas por outras instituições. Com eles os agricultores aprenderam a fazer silagem (32,1%), fenação (10,7%), sal proteinado (12%), além de manejo de rebanho, curva de nível, manejo de solo e elaboração de projetos, o que proporcionou a 38,1% aproveitar melhor os recursos da propriedade, a 30,1% aumentar a renda e a 14,3% administrar melhor o seu tempo na propriedade. Tais dados confirmam a hipótese inicialmente levantada de que os Agentes de Desenvolvimento Sustentável contribuem para a promoção do desenvolvimento das comunidades, consolidando o território como espaço de coletividade e de união de forças em prol da gestão participativa, criando as condições locais para a promoção das transformações sociais e econômicas sem violar as vocações naturais de cada espaço.

REFERÊNCIAS

- ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998.
- _____. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, Eric et al. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informações Técnicas, 2002.
- BANCO MUNDIAL. **Le Développement au seuil du XX éme siècle**. Paris: ESKA, 2000.
- FAO. **Anuário FAO**. Roma: Produção, 1999
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- JOSEPH, James. “**Democracy's social capital: civil society in a new era**”. Adress: 15 jan., 1998.
- KIELING, Sérgio Roberto Franco. **O construtivismo e a educação**. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LACKI, Polan. **Como enfrentar a crise da agricultura: lamentando os problemas insolúveis ou resolvendo os problemas solucionáveis?** Roma: Papers da FAO, 2002.
- OLIVEIRA, L. M. S. R. & OLIVEIRA, Luciana Souza de. Reflexões sobre os agentes de desenvolvimento e a sua relação com a sustentabilidade do Alto Sertão Piauí-Pernambuco: uma abordagem teórico-metodológica. In: **Formação de Agentes de Desenvolvimento Sustentável: diálogos entre o fazer técnico e o saber humanista**. Juazeiro: Editora e Gráfica Franciscana, 2007.
- PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- SAVIANE, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados e Cortez, 1998.

TIRIBA, Lia Vargas. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTO, G. (org). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Editora Vozes, p. 189-217, 1998.